

LISTA DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

I – Prova de inscrição definitiva no quadro de advogados da Ordem dos Advogados do Brasil, o que poderá ser feito pela apresentação de cópia autenticada da Carteira de Advogado, ou por certidão emitida pela respectiva Subseção.

II – Documentos relacionados no item 16.4 do edital:

- a) Cópia autenticada do documento de identidade;
- b) 02 fotos tamanho 3x4 iguais e recentes, como o nome do candidato no verso;
- c) cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento;
- d) cópia autenticada do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral, ou certidão na qual constem, além da quitação eleitoral, os dados constantes do título de eleitor (certidões disponíveis em: www.tse.gov.br);
- e) cópia autenticada do certificado de reservista ou documento equivalente, se do sexo masculino;
- f) cópia autenticada de documento contendo o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- g) Certidões negativas da Justiça Federal, Eleitoral, Estadual ou Distrital cível e criminal, do Trabalho e da Justiça Militar, onde residuiu nos últimos 5 (cinco) anos;
 - Federal: (certidões disponíveis em: <http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/>)
 - 2. Eleitoral: (certidões disponíveis em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>)
 - 3. Militar: (certidões disponíveis em: <http://www.tjm.mg.gov.br/certidoes>)
 - 4. Estadual Minas Gerais: certidões disponíveis em:
<http://www8.tjmg.jus.br/certidaoJudicial/faces/emitirCertidao.xhtml>
 - 5. Trabalho: (certidões disponíveis em <http://www.tst.jus.br/certidao>)
- h) Certidão negativa do Tribunal de Contas da União e do Estado;
TCU: <https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/home.faces>
TCE: <http://certidaocnj.tce.mg.gov.br>.
- i) Certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;
http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php
- j) Declaração de parentesco, em modelo próprio, a ser fornecido pela COOPAD/DIJESP; informando não ser cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, do Juiz Titular ou em exercício no Juizado Especial no qual exerça suas funções; (modelo abaixo)
- k) Declaração ou certidão negativa da Ordem dos Advogados do Brasil, constando a informação de que não foi punido ou excluído do exercício da profissão;
<http://www.oabmg.org.br/secretaria/Expediente.aspx?wbcdexp=6>
- l) Declaração ou certidão negativa dos entes públicos em que tenha trabalhado nos últimos 5 (anos) constando a informação de que não foi penalizado ou demitido a bem do serviço público. (modelo

abaixo)

m) Declaração firmada pelo candidato, de que não advogará nem manterá vínculo com escritório de advocacia, que atue no sistema dos Juizados Especiais da Comarca onde exercer a função de Juiz Leigo, enquanto durar sua designação, bem como não atuará em nenhum Juizado Especial da Fazenda Pública do País, se for designado para atuar em juizado do Estado com igual competência (modelo abaixo)

n) Declaração, firmada pelo candidato de que não exerce atividade político-partidária, nem é filiado a partido político, ou representa entidade de classe ou entidade associativa (modelo abaixo)

o) Declaração, firmada pelo candidato, de não ter sofrido penalidade, nem praticado ato desabonador no exercício de cargo público, advocacia ou da atividade pública ou privada, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 7º da Resolução nº792/2015, do TJMG. (modelo abaixo)

p) Prova de contar, pelo menos, com dois anos de experiência jurídica, o que poderá ser feito por:

I – certidões expedidas por cartórios ou secretarias de juízo ou relação fornecida por serviço oficial uniformizado de controle de distribuição e andamento, relativamente aos processos em que haja atuado o candidato, demonstrando que tenha oficiado como Advogado ou estagiário em pelo menos 5 (cinco) processos judiciais por ano;

II – certidões de órgãos públicos, nos quais o candidato tenha feito estágio na área jurídica, independentemente de inscrição na OAB;

III – certidão do exercício de cargo, emprego ou função pública privativa de bacharel em Direito, inclusive, magistério superior, na área jurídica.

IV – exercício da função de conciliador junto a juizados especiais, varas especiais, anexos de juizados especiais ou de varas judiciais, no mínimo por 16 (dezesseis) horas mensais e durante 1 (um) ano.

Observações:

Lembramos que as certidões devem ser expedidas pelos órgãos públicos referentes ao Estado de domicílio do candidato. Os links acima são meramente referenciais.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

FICHA CADASTRAL

Nome:
Sexo: Fem () Masc()
CPF:
Carteira de identidade:
Data de expedição:
Órgão expeditor:
FILIAÇÃO:
Nome do pai:
Nome da mãe:
Data de nascimento:
Estado Civil:
Endereço:
Bairro:
Cidade/UF
Telefones:
E-mail:
Naturalidade:
Nacionalidade:
Título de eleitor:
Instituição ensino de graduação:
Instituição ensino pós graduação/área
Nº de inscrição na OAB:
DADOS BANCÁRIOS COMPLETOS <i>(para crédito dos valores devidos pelos atos praticados e homologados):</i> Banco <i>(livre escolha do candidato):</i> Agência: Conta Corrente <i>(com dígito verificador)</i>



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Declaro, para os fins do subitem 16.4, alínea “J” do Edital de Processo Seletivo de Juízes Leigos nº 001/2015, e do art. 7º, inciso II, da Resolução nº 792/2015, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que:

() não sou cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de Juiz Titular ou em exercício no Juizado Especial da Comarca de _____ na qual exercerei minhas funções.

() sou _____ (especificar se cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive) do Magistrado _____, em exercício no Juizado Especial da Comarca de _____, na qual exercerei minhas funções.

() sou _____ (especificar se cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive) do Magistrado _____, em exercício na Comarca de _____, na qual exercerei minhas funções.

Comprometo-me a informar ao Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais qualquer alteração em relação às informações acima.

NOME:

RG:

CPF:

_____, _____ de _____ de 20____.

ASSINATURA DO JUIZ LEIGO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do subitem 16.4, alínea “L” do Edital de Processo Seletivo de Juízes Leigos nº 001/2015, e do art. 7º, inciso VI, da Resolução nº 792/2015, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que:

() não trabalhei em entes públicos da União , de Estado ou Município, nos últimos cinco anos.

() exerci, nos últimos anos, _____ (indicar o tipo de atividade, se exercício de cargo, emprego ou função) no(a) _____ (indicar o ente público onde exerceu cargo, emprego ou função), declarando que não fui penalizado (a) ou demitido (a) a bem do serviço público, conforme faz prova o documento anexo (documento anexado na forma do subitem 16.4, alínea “L” do Edital).

NOME:

RG:

CPF:

_____, _____ de _____ de 20____.

ASSINATURA DO JUIZ LEIGO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins do art. 5º, § 2º, da Resolução nº 792/2015, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que não advogarei, nem mantereí vínculo com escritório de advocacia que atue no Sistema dos Juizados Especiais da Comarca de _____, enquanto durar minha designação, bem como não atuarei em nenhum Juizado Especial da Fazenda Pública do País, se for designado para atuar em juizado do Estado com igual competência.

NOME:

RG:

CPF:

_____, _____ de _____ de 20____.

ASSINATURA DO JUIZ LEIGO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do subitem 16.4, alínea "N" do Edital de Processo Seletivo de Juízes Leigos nº 001/2015 e do art. 7º, III, da Resolução nº 792/2015, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que não exerço atividade político-partidária, não sou filiado a partido político, nem represento entidade de classe ou entidade associativa.

NOME:

RG:

CPF:

_____, _____ de _____ de 20____.

ASSINATURA DO JUIZ LEIGO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins do subitem 16.4, alínea "O" do Edital de Processo Seletivo de Juízes Leigos nº 001/2015, não ter sofrido penalidade, nem praticado ato desabonador no exercício de cargo público, advocacia ou atividade pública ou privada, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 7º, VI, da Resolução nº 792/2015, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

NOME:

RG:

CPF:

_____, _____ de _____ de 20____.

ASSINATURA DO JUIZ LEIGO